

## LICENCIAMENTO AMBIENTAL: A QUESTÃO INDÍGENA

As ações de prevenção, mitigação e compensação de impactos já correspondem, em média, a 20% do valor total de uma hidrelétrica, um salto significativo em relação aos 6% observados na década de 1990

WAGNER FREIRE, DA AGÊNCIA CANALENERGIA, DE SÃO PAULO

É importante começar essa reportagem com *disclaimer* em respeito ao leitor e, principalmente, às populações indígenas brasileiras que aqui, até por uma limitação temporal de reportagem – não terão suas vozes devidamente representadas. Não há como negar que historicamente a comunidade indígena teve seu território invadido pelo homem branco, isso em várias partes no mundo, não sendo uma exclusividade do Brasil colonial. Desde já, peço desculpas a toda comunidade indígena brasileira e ao leitor caso exponha de forma muito superficial ou subestimada os conflitos que existem entre o desenvolvimento econômico e as demandas dos povos indígenas.

Esse texto foi escrito por quem sempre viveu em uma grande metrópole e nunca pisou em uma aldeia indígena. Não foi possível falar com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para “ouvir o outro lado”, como o bom jornalismo exige. Até tentei, mas não obtive sucesso. Da mesma forma como não houve resposta do Ministério de Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Sócio Ambiental (Isa), entidades que penso terem muito a dizer. Com isso, o que será discutido a seguir poderá apresentar uma visão incompleta.

### É POSSÍVEL CONCILIAR O DESENVOLVIMENTO DO SETOR ELÉTRICO COM OS INTERESSES DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS?

Os especialistas ouvidos pela **Agência CanalEnergia** afirmam positivamente. O grande desafio está no “como” fazer isso em um ambiente onde não há uma relação de confiança entre as partes; onde o pensamento ideológico de grupos oportunistas ignora as justificativas tecnicamente fundamentadas; onde as instituições de Estado falham em seu papel de mediadores de conflitos; onde organizações usam o seu poder de influência por puro interesse político. É nesse ambiente heterogêneo, difuso e complexo que pessoas precisam despender tempo e muito dinheiro para realizar um licenciamento ambiental.

Um estudo publicado pelo Instituto Acende Brasil em dezembro de 2017 demonstra que, “no caso de usinas hidrelétricas, as ações de prevenção, mitigação e compensação de impactos já correspondem, em média, a 20% do valor total dos aportes financeiros realizados, um salto significativo em relação aos 6% observados na década de 1990.” Um outro estudo também do mesmo instituto, datado de outubro de 2013, revela que o potencial hidrelétrico remanescente no país está na região Amazônica, o que representa um grande desafio aos empreendedores, pois a maior parte dos projetos interferem em unidades de conservação ou terras indígenas.



Foto: Hilda Azevedo

Divulgação: Funai

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o órgão de planejamento do setor elétrico, informou na semana passada que há 196 hidrelétricas acima de 30 MW que poderiam ser exploradas de fato no Brasil, totalizando 52 mil MW de capacidade. Desse universo, 35 mil MW ou 64% está localizado na bacia Amazônica e outros 10 mil MW estão na bacia Tocantins-Araguaia. Desses 52 mil MW, 12 mil MW não interferem diretamente em Unidades de Conservação (UC) ou Terras Indígenas. Dos 12 mil MW (98 usinas), 68% foi estudado há mais de 10 anos, o que indica que esses estudos precisarão ser atualizados.

Os números apresentados pela EPE dão consistência ao tamanho do desafio que o setor elétrico terá que enfrentar para viabilizar novas hidrelétricas. Por conta desses obstáculos, a nossa matriz elétrica que já foi composta 90% por geração hídrica, vê essa participação caindo a ano a ano. Hoje é 64%, mas o Plano Decenal aponta que em 2027 será de apenas 51%.

“Muita gente acha, inclusive a minha empresa, que o Brasil está perdendo uma oportunidade de desenvolver hidrelétricas. Uma geração limpa, renovável, inclusiva, que gera uma série de benefícios, com criação de economias locais e inclusão social”, disse Gil Maranhão, diretor de Estratégia, Comunicação e Responsabilidade Social da Engie Brasil. “Acreditamos que hidrelétricas quando bem construídas, com empresas sérias, dentro da regulação e das regras de conformidade, o saldo é extremamente positivo para a sociedade, principalmente para o Brasil que tem uma vocação natural por uma energia renovável”, completou o executivo.



***O Brasil está perdendo uma oportunidade de desenvolver hidrelétricas, Gil Maranhão, da Engie Brasil Energia***

A Engie é uma das empresas que ficaram frustradas após o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) negar, em agosto de 2016, a licença prévia para o projeto da UHE São Luiz do Tapajós (PA- 8.040 MW), considerada a última grande hidrelétrica possível de ser explorada no Brasil. A justificativa foi que o projeto não apresentava “maturidade suficiente para ser submetido ao crivo do licenciamento ambiental”, embora a usina seja estudada desde 1986.

O empreendimento quase foi levado a leilão em 2014. O certame foi marcado para 15 de novembro, mas depois foi cancelado. Em abril daquele ano, a Funai se manifestou dizendo que o projeto era inviável do ponto de vista indígena, em razão de haver possíveis impactos irreversíveis e da necessidade de remover grupos indígenas dos seus territórios tradicionais.

Engana-se quem pensa que só os investidores em geração enfrentam dificuldades no processo de licenciamento ambiental. Outro caso emblemático de insucesso é o linhão Manaus-Boa Vista, empreendimento considerado estratégico para o país, pois evitaria que bilhões de reais dos consumidores de energia do Brasil fossem queimados literalmente com geração termelétrica na capital Boa Vista, em Roraima. O projeto foi licitado em 2012, cujo contrato foi conquistado pelo consórcio Transnorte Energia (TNE) formado pelas sócias Alupar (51%) e Eletronorte (49%). O projeto passa pela reserva indígena Waimiri-Atroari e até hoje o Governo busca alternativas para viabilizar o empreendimento orçado em mais de R\$ 1,5 bilhão, e que vai conectar a última capital brasileira fora do Sistema Interligado Nacional (SIN).

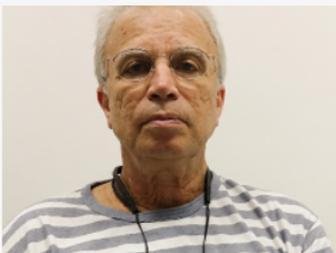
Em nota, a Alupar informou que, em setembro de 2018, após reunião com a comunidade indígena, a TNE foi autorizada a desenvolver estudos dentro da área afetada para a elaboração do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA). Após a conclusão do estudo, o mesmo será enviado para o Ibama. Contudo, não há previsão para emissão da Licença de Instalação, principal condicionante para o início da obra.

Outros projetos como Belo Monte, Jirau, Santo Antônio e São Manoel, apenas para ficar nos mais recentes, também enfrentaram conflitos com os povos indígenas.

## MUDANÇA DE GOVERNO

Como se pode ver, o tema não é novidade, mas merece ser resgatado neste momento porque o país está em vias de iniciar um novo Governo que poderá estabelecer outra dinâmica na agenda ambiental. O presidente eleito Jair Bolsonaro tem se declarado favorável a continuidade da exploração do potencial hidrelétrico brasileiro, bem como se posiciona criticamente a posições ideológicas que venham a impedir o desenvolvimento econômico do país.

A preocupação agora é que, em função de anos de projetos represados, haja um atropelo dos processos sob a justificativa da necessidade de atrair investimentos e criar empregos via setor de infraestrutura. “Eu tenho muito medo dos extremos”, desabafou Tarcísio Castro, gerente ambiental da consultoria internacional PSR – uma das mais respeitadas do país. “Não é porque ficamos muito tempo ouvindo que agora devemos passar o trator em cima”, alertou o especialista. “A gente errou, mas agora temos que aproveitar essa parada no crescimento econômico para acertar o passo”, completou.



***Temos que aproveitar essa parada no crescimento econômico para acertar o passo, Tarcísio Castro, da PSR***

De acordo com Alexandre Uhlig, diretor de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Acende Brasil, o processo de licenciamento precisa ser pautado por uma boa gestão dos processos e com bom diálogo entre as partes interessadas. “Mesmo num outro contexto de governo em que aparentemente era mais aberto ao diálogo, os empreendimentos foram implantados de uma forma autoritária. Pode ser que a gente se surpreenda num governo que passe a impressão de um perfil mais autoritário. O fato é que medidas que atropelem o processo podem ter um custo muito alto lá na frente”, disse o especialista.

Antônio Fonseca, membro do Conselho do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (Fmase), espera que o tema seja pautado por discussões técnicas e que a questão ideológica seja deixada de lado. “A questão ideológica, apesar de importante, ela traz muitas travas. Com o privilégio da discussão técnica, a nossa expectativa é que os processos andem um pouco mais rápido.”

## CRONOGRAMA, JUDICIALIZAÇÃO E IMAGEM

Um processo de licenciamento ambiental malconduzido causa diversos problemas para a sociedade. Alguns itens se destacam, mas no final tudo se resume ao aumento da percepção de risco, que por sua vez passa a ser precificado nos custos do empreendimento, que por sua vez é repassado para a tarifa de energia elétrica.

Na medida em que o processo de licenciamento não avança, o primeiro problema mais perceptível é o descumprimento do cronograma original de entrada em operação do empreendimento. Os prazos são importantes porque existem processos que precisam ocorrer em um determinado período. O período de chuvas em regiões como Amazônia, por exemplo, não é o mais ideal para construir linhas de transmissão. Caso o investidor não consiga a licença de instalação no período programado, as obras poderão ter que esperar o próximo ciclo sem chuvas para serem iniciadas.



***O fato é que medidas que atropelem o processo podem ter um custo muito alto lá na frente, Alexandre Uhlig, do Acende Brasil***

“Você tem um cronograma que é definido no contrato de concessão e o fato de ter um atraso no licenciamento gera consequências para quem está desenvolvendo o projeto”, destaca Uhlig.

O cumprimento desse cronograma determina a rentabilidade final do capital investido. Não raro, empreendedores consideram a antecipação da conclusão da obra como parte da estratégia para garantir o retorno prometido aos acionistas. Por outro lado, o atraso pode gerar multas, despesa com pessoal, necessidade de compra de energia no mercado à vista para fazer frente a compromissos assumidos. Não raro, o processo de licenciamento pode ser questionado pelo Ministério Público, gerando custos advocatícios aos sócios do projeto e problemas de imagem para as empresas perante a sociedade. “Existem compromissos que são assumidos e o fato de não entrar em operação gera alguns questionamentos por parte da sociedade”, disse Uhlig.

Segundo os especialistas ouvidos pela reportagem, um processo de licenciamento bem conduzido é aquele onde há boa interação entre os órgãos envolvidos, governo e empreendedor. Ter previsibilidade é essencial em um mundo onde se tem compromissos. Reuniões periódicas entre as partes, onde um problema é rapidamente sinalizado, ajudariam os empreendedores a buscarem soluções imediatas.

“O pior dos mundos é viver num ambiente onde não existe previsibilidade, isso gera um custo para o projeto e para sociedade, pois no longo prazo esses atrasos são precificados e refletem no custo da energia”, disse Uhlig. “Não acho que o meio ambiente é um problema, o que falta é uma definição sobre quais são os projetos que devem ser desenvolvidos e as áreas que precisam ser preservadas”, completou.

## SOCIEDADE ENTRE ÍNDIOS E EMPRESÁRIOS

Devido à complexidade para se avançar na construção de hidrelétricas, um grupo formado por nove empresas começou a pensar em uma forma de destravar ao menos uma parte do problema de licenciamento ambiental. Desde que o projeto da UHE São Luiz do Tapajós foi engavetado, Engie, Neoenergia, EDP, CPFL, Copel, Cemig, Eletrobras, Camargo Correa, EDF e o Instituto Acende Brasil se juntaram para pensar em um mecanismo que resolvesse o impasse com as populações indígenas, mas que ao mesmo tempo fosse uma solução simples e que gerasse a menor resistência social e política possível.



*Com privilégio a discussão técnica, a nossa expectativa é que os processos andem um pouco mais rápido, Antônio Fonseca, do FMASE*

A solução encontrada foi a criação de um fundo, alimentado por parte da receita do próprio projeto, e que beneficiaria as populações afetadas pelo empreendimento. Para evitar que empresas tenham critérios diferentes, decidiu-se que a melhor forma seria estabelecer, em edital, um valor em R\$/MWh que seria direcionado para um fundo, criando uma poupança para programas que beneficiem as populações indígenas. Esse valor entraria como parte do custo do empreendimento e seria cobrado na tarifa de energia elétrica.

“A ideia é criar um produto que seja público e conhecido, de interesse de gestores profissionais, principalmente gestores de recursos aplicados a programas de sustentabilidade. Teria participação da Funai, do MMA, do empreendedor e das lideranças indígenas”, explicou Gil Maranhão, da Engie.

Segundo executivo, a proposta está pronta em dois formatos: em projeto de Lei e portaria Interministerial. O primeiro estabeleceria uma regra para que todos os futuros projetos que gerem impactos direto e indiretos em terras indígenas tenham que ter esse valor de compensação definido em edital. O segundo faz com que cada caso seja analisado de forma individual. “A gente está aguardando o novo governo assumir para conseguir um interlocutor e encaminhar esse assunto. A gente houve que o novo governo é simpático a construção de hidrelétricas”, disse Maranhão.